

UM NOVO SINDICALISMO “POLÍTICO”? O caso do SUD-PTT em França

Ivan Sainsaulieu

Resumo O sindicato SUD-PTT (Solidaires, Unitaires et Democratiques) é uma cisão recente (1989) de uma parte da federação parisiense da CFDT (Confédération Française Générale du Travail), segunda central sindical em França. Apoiou-se nos PTT (Poste, Téléphones et Télécommunications) ao ponto de representar a segunda força na France Télécom (25%) e a quarta em La Poste (16%), logo atrás da FO (Force Ouvrière). Foi activado por uma geração de militantes marcados pelo Maio de 68, politicamente próximos da extrema-esquerda, os quais estão em contenda com uma geração de novos aderentes. Consequentemente, ideologia e preferência partidária são postas de lado em nome do pragmatismo, enquanto um sentido elevado das questões transversais conduz a um sindicalismo societal original, o qual faz escola em diferentes serviços públicos (saúde, educação, transportes ferroviários, banca e seguros) e marginalmente no sector privado.

Palavras-chave Sindicalismo, política, autonomia, serviço público, contestação.

O sindicalismo francês: uma tradição pluralista com carácter político

Em jeito de introdução, convém talvez recordar a tradição política na qual se inscreve o pluralismo sindical francês.

A Confédération Générale du Travail (CGT), primeira confederação sindical, está marcada pelos seus laços históricos com o Partido Comunista Francês. Trata-se de uma organização, em primeiro lugar, operária, concentrada — EDF-GDF, Métallurgie, Cheminots, PTT, Défense Nationale —, repartida equitativamente entre a grande indústria do sector privado, as grandes empresas de estatuto e a função pública.

A Confédération Française Démocratique du Travail (CFDT), a segunda confederação, conheceu uma tripla base de apoio: cristã, socialista e esquerdista. Laicizada nos anos 60, época em que deixa à Confédération Française des Travailleurs Chrétiens, o cuidado de encarnar uma corrente cristã tornada minoritária e quase regional (bacia parisiense, Norte e Nordeste), a CFDT torna-se, nos anos 70, o aliado intermitente do Partido Socialista, enquanto uma ala de esquerda saída do Maio de 68 avança sempre apoiada na sua estrutura de base. Os primeiros sectores de implantação são a saúde, a metalurgia, as colectividades locais, os ferroviários e o equipamento. As áreas de emprego, de técnicos e de quadros médios estão subrepresentadas.

A CGT-Force Ouvrière (FO) é a terceira confederação importante. Resulta da cisão da CGT durante a guerra fria, em 1947, e reúne correntes reformistas com

Quadro 1 Classificação das organizações sindicais mais representativas (valores em milhares)

1993-1994	Organizações sindicais							
	CGT	CFDT	FO	FEN/ UNSA	FSU	CGC	CFCT	Grupo dos 10
Total de aderentes	630	515	380	140	140	100	75	60
Aderentes activos	480	420		300				

Fonte: Dominique Labbé, 1996.

nuances de anticomunismo, sem ser o elo da SFIO (Bergounioux, 1982). Durante as “trinta gloriosas”, a FO usa a voz do contratualismo e é o “companheiro de estrada” tradicional dos poderes públicos. É implantada, em primeiro lugar, na função pública e a partir dos anos 70 nos bastiões industriais (construção naval, química, automóvel...).

A Education Nationale (FEN), primeira fonte de emprego em França, foi sempre um sector-chave da sindicalização. Repartida durante muito tempo entre as tendências políticas comunistas e não comunistas, a FEN, que no passado fora o terceiro agrupamento sindical pelo seu número de sindicalizados, estoira em 1992 para se dividir entre a FEN não comunista e a FSU “filocomunista”, tornada maioritária, mas isolada, contrariamente à FEN, federada na Union Nationale des Syndicats Autonomes (UNSA), nascida em 1994 e reconhecida como representativa no plano nacional por circular ministerial, em 1995.

A UNSA, formada a partir da Fédération Générale Autonome des Fonctionnaires — com o importante sector policial da FASP—, pretende ser um pólo reformista responsável pelos sectores dos transportes rodoviários (Fédération Autonome des Transports) e ferroviários (Fédération Maîtrise et Cadres de la SNCF), e pelos assalariados do mundo agrícola (FGSOA). A UNSA reivindica 300.000 aderentes.

Uma parte destes sindicatos eram anteriormente membros do “Grupo dos Dez” (G10).¹ A Union Syndical ou G10, criada em 1981, reúne sindicatos autónomos em torno do SNUI (impostos) e SUD PTT nos sectores da banca e das câmaras de comércio (cinco sindicatos), dos transportes aéreos (cinco sindicatos) e ferroviários (um sindicato), e da função pública (impostos, tesouro, educação, colectividades territoriais, (quatro sindicatos, para além de outros dois em redor do SNUI), dos serviços públicos (Saúde e PTT, duas federações), e do jornalismo (SNJ). Estes sindicatos são muitas vezes maioritários dentro dos seus sectores. Em conjunto, representam um total de 60 000 aderentes e um total de 150 000 votos. Dentro do G10, 14 sindicatos vêm da CGT, quatro da CFDT, dois de um agrupamento de sindicatos CGT-CFDT, entre outros (caso específico do SNUI, que absorveu diversos sindicatos).

Declínio do sindicalismo e crises de autonomia

As novas cisões sindicais não são o sinal de uma crise de crescimento do sindicalismo confederado em geral. O declínio do sindicalismo voluntário é uma tendência forte e linear, observada desde o pós-guerra pela CGT e, desde 1977, pelo nível de sindicalização médio (Labbé, 1996). Sindicalismo de aderentes, o sindicalismo francês já deixou de despertar sentimentos desinteressados. Devido ao receio do desemprego, ao desenvolvimento da precariedade e à miséria (Mouriaux, 1990), vê-se confrontado com uma nova configuração de salariado mais aberto e diversificado, com a destruição dos bastiões industriais tradicionais e com a fusão de efectivos dentro da grande indústria, com o retraimento da cultura socialista e comunista do mundo operário e com o crescimento do individualismo.

A diminuição da motivação militante e a fusão de efectivos acentuam a distância dos picos sindicais, segundo um processo de "institucionalização", várias vezes descrito (Tixier, 1992; Labbé, 1996; Durand, 1996). De um modo geral, a redistribuição de uma parte de um produto social crescente era a base sobre a qual assentavam as burocracias sindicais, entre 1945 e 1975, no âmbito do processo a que se deu o nome de "compromisso fordista". Controlo e progresso social, era esta a sua dupla função na regulação social. Com a abertura de um fraco ciclo de crescimento, após o "crescimento zero" de 1974-75 (Mandel, 1981), as burocracias sindicais² continuam a ser elevadas sem ter o mesmo papel redistribuidor para a base, da qual se separa cada vez mais. Passa-se de um "compromisso produtivo partilhado" para um "compromisso produtivo forçado" (Durand, 1996). O progresso desaparece em prol do controlo social, explicando o fim dos militantes (Labbé, 1981, 1996) e o início de estratégias defensivas ou de "concessões limitadas" (Moriaux, 1986).

O SUD-PTT, como muitos outros novos sindicatos antes dele, alimentou-se da rejeição de uma função de controlo social que se tornou mais visível à medida que "foi escasseando a matéria-prima". A tarefa burocrática da manutenção da ordem impõe-se no Maio de 68, data em que a CGT retoma o trabalho contra a opinião da base e, nos anos 70, em cada uma das ramificações: estalam grandes conflitos sectoriais muitas vezes sem ganho significativo para os assalariados, e deixando um gosto particularmente amargo, como aconteceu aos PTT, em 1974. A partir de 1977, inicia-se uma descida do nível de sindicalização, ininterrupta até hoje, com a excepção de alguns sectores, após 1995.

As cisões da FEN e o aparecimento da UNSA não são as únicas crises recentes de autonomia, num mundo sindical francês já muito esboroadado e em declínio. Será este declínio irreversível? No contexto económico e político actual, parece ser evidente que nenhuma estratégia sindical está em posição de dar vantagens decisivas aos assalariados (Durand, 1996). A falta de motivação militante arrisca prolongar-se, o que não impede a experimentação local de vias de renascimento possível para o futuro do sindicalismo. Daí o interesse do estudo do caso SUD-PTT.

Metodologia

Propomo-nos aqui estudar o resultado das escolhas cruzadas efectuadas a partir de um inquérito por questionário levado a cabo junto dos aderentes do sindicato SUD, em La Poste (Correios) e na France Télécom. Este questionário tinha por fim experimentar as hipóteses que estudos de terreno anteriores, efectuados segundo um acordo com os correios em diferentes serviços, sob a forma de entrevistas e de observação participante, nos tinham permitido formular.³ As entrevistas foram realizadas com responsáveis dos correios e com sindicalistas de diferentes níveis hierárquicos, ao passo que a observação participante nos pôs em contacto com os empregados de base.

O questionário foi realizado entre Março e Junho de 1996, junto dos aderentes dos SUD-PTT. Foi difundido pelo jornal sindical *Les nouvelles du SUD* com uma tiragem de 8000 exemplares, o que correspondia ao número de aderentes. Foram recolhidas 1560 respostas a este questionário, sendo mais de 18% aderentes ou 0,5% de efectivos assalariados: a base de dados é importante, mostrando o entusiasmo dos membros pelo seu sindicato, mesmo que as respostas provenham provavelmente dos mais militantes do sindicato.

Efectivamente, em relação ao universo em referência — os aderentes dos SUD-PTT nos Correios e na France Télécom —, a nossa base de respostas é mais operária, mais provincial, mais jovem e menos feminina. Mas se a relacionarmos com o universo profissional de referência, a população do SUD, vemos que esta última é igualmente mais operária,⁴ mais provincial, mais jovem, menos feminina, todavia com um contingente de empregados(as) de base mais importante (carteiros dos correios e agentes de serviços gerais na France Télécom).

Se excluirmos o meio dos empregados, mais forte no SUD-PTT do que na nossa amostra, a população que respondeu ao questionário tem a vantagem de acusar os traços que diferenciam militantes sulistas dos agentes P&T, ou seja, dos que mais peso têm na vida sindical e nas relações profissionais.

No conjunto, podemos tratar este conjunto de informações como seriamente indicativo do significado da realidade "sulista", sem ver aí do mesmo modo a exactidão de uma amostra representativa.

O questionário abordava questões sobre as opiniões e os valores com uma série de critérios formais, com o fim de analisar as diferenças de posicionamento de acordo com a idade, o sexo, a antiguidade no sindicalismo em geral e no SUD-PTT em particular, mas também em função da actividade profissional, do local de trabalho e da actividade militante.

Uma renovação sindical local: avanço dos efectivos e militantismo

A cisão do SUD-PTT assenta num desacordo de orientação: na linha confederal, caracterizada pelo acompanhamento dos governos de esquerda e depois pelos de

direita, sobre a busca de compromissos ditos construtivos com os poderes patronais e governamentais, opunha-se a federação parisiense, nomeadamente nos PTT. Edmond Maire, então secretário nacional da CFDT, defende os "pequenos trabalhos" propostos pelo governo e criticado por outros, apresenta a greve como um "meio de acção ultrapassado" e elogia os méritos dos "novos espaços de negociação" e da "redução do tempo de trabalho com perda de salário" (Mouriaux, 1986). Contrariamente, a federação parisiense assumia mais o passado dito esquerdista da CFDT depois de Maio de 68, durante o período do *bateau ivre*, de 1969 a 1974 (Tixier, 1992).

É durante a "greve dos camiões amarelos" que a CFDT elimina a sua parte federal dos PTT, tornada SUD-PTT, a qual foi excluída por ter prolongado uma greve contra a vontade da confederação. Mas o que ninguém tinha previsto era o eco que o novo sindicato, criado no final de 1989, iria reencontrar.

De facto, a criação de uma nova federação origina rivalidades num certo número de serviços públicos, e mesmo no sector privado. Sucessivamente, vão surgir alguns SUD, sobretudo em hospitais, em caminhos de ferro, em transportadoras aéreas, em bancos e em grandes empresas como a GEC-Alsthom ou como a Thomson.⁵ O modelo vai também pegar no meio não assalariado, em sectores tão diversos como os dos estudantes e dos desempregados, funcionando em ligação com as associações e os sindicatos autónomos preexistentes, aos quais irá trazer uma certa coerência, entusiasmo, um apoio logístico e alguma visibilidade.

Inicialmente, trata-se da mesma crise da CFDT que atinge diferentes zonas, uma vez que a CFDT, tal como a sua oposição interna, assentam numa base inter-profissional. Mas, de seguida, este sindicalismo representará um estandarte.

Poderá falar-se, num contexto de crise de sindicalismo, de um renovamento sindical? Isto exige que se apreciem os efectivos, o investimento militante e que se libertem as condições para o sucesso. Estes são os vários aspectos que ainda não analisámos sem ser à escala dos SUD-PTT o qual se mantém, é preciso notá-lo, como um resultado ímpar neste tipo de sindicalismo.

Estará então o sindicalismo militante revigorado com esta experiência? E sobre que dinâmica de geração assentará? Serão as novidades trazidas pela geração de 68? Como reagem os novos aderentes à sua politização no preciso momento em que o sindicalismo francês é acusado de ser demasiado politizado? (Mouriaux, 1990). Poderá formalizar-se um novo tipo de sindicalismo "político"?

A progressão dos efectivos

Após apenas oito anos de existência, a federação SUD-PTT obtém uma média de 21,5% de votos nas eleições profissionais, colocando-se na La Poste, em Novembro de 1997, em quarto lugar com 16% das votos — mesmo atrás da FO, e em segundo lugar na France Télécom, onde obtém 26% das votos nas eleições profissionais de Março de 1997, a três pontos atrás da CGT, primeira organização sindical. Até aqui a progressão dos efectivos é constante.⁶

Quadro 2 Taxas de progressão comparadas do SUD e da CGT nos P&T

Adesões	Anos					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
SUD-PTT	+1016	+754	+959	+1146	+1528	+2015
CGT	-1549	-1481	+268	+568	+503	+1544

Fontes: SUD/CGT.

Em termos de aderentes, esta evolução envolve pouco mais de 2% dos efectivos globais dos PTT (9000 sobre 440 000) e 20% dos efectivos sindicalizados; a CGT agrupa um terço dos sindicalizados, seguida pela FO e pela CFDT.⁷

Porém, o ritmo do avanço é superior ao das restantes organizações, observando as estimativas convergentes do SUD e da FO: esta e a CGT não recrutariam muitos mais filiados, sendo a média de idades da FO de cerca de 50 anos, para um total de 33 000 aderentes cotados (40 000 cartões).⁸ Segundo a FO, "os jovens vão ao SUD", e este desenvolvimento militante estaria ainda a começar.

Verifica-se que o SUD-PTT não é o único sindicato a beneficiar do "efeito de 1995" (quadro 1),⁹ o qual se manifesta em outras profissões do sector público, como nos ferroviários, onde os jovens representam metade dos novos 1700 recrutados da CGT, em 1996 (Rozet, 1998).

Relacionado com o conjunto do actual sindicalismo, podemos, no entanto, falar do "bom estado de saúde" do sindicalismo do Sul, com um futuro promissor. Mas trata-se de um sindicalismo "franco-atirador", que tem grande necessidade de aliados para se elevar ao nível do sindicalismo de massas, o que é a sua ambição.

Quanto à repartição de Paris-província, os dois terços de respostas vêm da província. O sindicato enraizou-se na profissão e tornou-se numa verdadeira federação nacional, representativa do pessoal da La Poste.

Um militantismo activo?

O envolvimento pode ser medido pelo cruzamento de vários dados: os níveis de responsabilidade, de desprendimento, a actividade sindical e a ocupação, a qual é considerada a mais abrangente.

Muito poucas respostas indicam um "sindicalismo a mínima" (apenas com o pagamento das quotizações). Os aderentes pagam regularmente as suas cotas, mas também é verdade que estas são menos elevadas do que nas confederações sindicais. E os recursos do sindicato estão longe de provir das quotizações: com uma média de 10% dos votos, uma organização sindical "PTT" dispõe nomeadamente de 50 a 60 postos permanentes a tempo inteiro. O SUD decidiu divulgar entre os seus militantes quais eram as horas disponíveis dos postos permanentes sob a forma de dias de licença de 24 horas, a fim de manter apenas cerca de 40 permanentes fixos.

As responsabilidades são assim distribuídas, e 34% dos sondados declaram que fazem parte de uma estrutura interna de responsabilidade (conselho, gabinete ou secretariado).

Quanto aos "simples aderentes" (64% do total das respostas), as reuniões parecem constituir para eles uma dimensão importante do militantismo, uma vez que é o primeiro tipo de actividade sindical (para 69%), estando primeiro que a distribuição de panfletos (66%) e muito antes ainda da organização de reuniões sindicais do tipo assembleia geral ou de horas de informações sindicais com os agentes (27%). Esta fraca tendência para reunir os empregados dos correios mostra-nos quais são as dificuldades da acção colectiva e a individualização das relações sociais entre os ex-PTT.

Assim se desenvolve o perfil de um sindicato militante, mas pouco envolvido, dispondo de um meio e de uma audiência restritos, apesar do interesse e da simpatia encontrados.

A questão do estilo de literatura sindical também é importante para o sindicalismo porque, muitas vezes, os folhetos sindicais não são considerados interessantes, até pelos próprios aderentes do sindicato em questão, devido à sua falta de informação, às suas propostas excessivas e polémicas, que chegam a ser demagógicas ou grotescas. O mais irritante é, com certeza, constituído pelas querelas intersindicais, que podem ser, por vezes, muito fortes devido à concorrência eleitoral e portadoras de descrédito para o sindicalismo no seu conjunto.

No nosso inquérito, os aderentes calculam que a informação do seu sindicato responde suficientemente às preocupações dos agentes (88%), sendo a pontuação ainda mais elevada no que diz respeito ao interesse das publicações (90%), donde pudemos, por outra via, apreciar a consistência que traduz tanto o nível de qualificação, como o nível de interesse que os redactores despertam nos assalariados.

Muitas vezes altamente qualificados, os sulistas têm uma direcção reconhecida como sendo competente por muitos (incluindo os *media*), tal como a Sra. A., secretária-geral, antiga maoísta, e o Sr. C., membro da LCR (trotskista), focado pelos *media* quando do movimento dos desempregados em 1997-1998, como porta-voz de AC! e interlocutor do governo, ou o Sr. R., militante anarquista especializado em questões jurídicas e em relações com a imprensa. Com uma idade madura (40-45 anos), embora ainda relativamente jovens, estes dirigentes têm frequentemente uma sólida experiência militante e política.

Pode então avançar-se — apesar da obliquidade das respostas (auto-selecção dos mais militantes), e de um compromisso sindical que não ultrapassa a família, o lazer e uma ligação que não é excepcional — a ideia de uma renovação, de uma dinâmica sindical, baseada numa progressão numérica (interprofissional e inter-regional), numa implicação militante e numa comunicação não usuais.

Donde vem esta renovação?

Um ressurgimento do Maio de 68 adaptado a um novo contexto

Este novo militantismo vem da adaptação da geração saída do Maio de 68, que se referencia pela sua idade e pela sua antiguidade no sindicalismo.

Novos e antigos

Enquanto 41% declaram não terem tido nenhuma outra pertença sindical anterior, os antigos sindicalizados estão numa faixa compreendida entre os 55% e os 60%. Saíram inicialmente da CFDT, mas também da CGT (15%), ou dos dois, ou ainda de outros sindicatos.

Mais de 40% dos aderentes do SUD são não sindicalizados e possuem menos de cinco anos de militantismo: há o contributo de "sangue novo", sobretudo relativamente ao contexto da dessindicalização e à duração da existência do jovem sindicato.

Paralelamente, vê-se a importância do contingente de ex-sindicalizados, ainda maioritário, criando um duplo contributo onde a justaposição coloca questões.

Novos... mas não tão jovens!

Apenas um terço das respostas se encontra na faixa dos 20/35 anos, confirmando-se então que o militantismo sindical não é o grande feito da juventude!¹⁰ Logo, os outros dois terços têm mais de 35 anos. Porém, a faixa mais numerosa situa-se no meio, e a média de idade são os 41 anos. A maior parte dos aderentes mais recentes (53,57%) possuía menos de cinco anos de sindicalismo em 1996.

Entre os simples aderentes e aqueles que com um mandato ocasional, os que "não têm nenhuma antiguidade sindical" representam, respectivamente, 53% e 41%. Pelo contrário, 53% dos pioneiros do SUD (os de 1989) tinham mais de 15 anos de antiguidade sindical, o que prova que a base e a direcção apresentam uma composição diferente e, também, que foi possível o "casamento" de duas gerações no seio do mesmo sindicato.

Terá sido esta união bem sucedida? Para que se saiba, é necessário levar em conta as opiniões de uns e de outros e, se possível, as de uns sobre os outros.

A geração de 68 e os novatos

Sejam verdadeiros ou falsos,¹¹ os antigos sindicalistas (os que têm mais de dez anos de antiguidade) constituem, no entanto, um grupo-tipo — geração de 68 —, onde partilham uma mesma cultura. Iremos opô-los aos aderentes recentes, que têm três ou menos anos de sindicalismo.

Responsáveis antigos e determinados

Se considerarmos os "com mais de dez anos", que representam pouco mais de 31% das respostas (e não dos aderentes), constatamos sinais específicos comuns. No plano da actividade sindical, fazem mais do que os mais novos, em particular mais assembleias gerais e mais horas de informação sindical (45% de taxa de resposta positiva, contra 17% dos com três anos ou menos), mais adesões e mais panfletos, tal como mais tarefas internas (ver acima referido).

Os mais antigos (mais de dez anos de sindicato) rejeitam mais o corporativismo do que os mais novos (menos de três anos de sindicato), acreditam mais na construção de uma "interprofissional renovada" e consequentemente têm esperanças em relação ao agrupamento dos sindicatos autónomos, incluindo o SUD, o "Grupo dos Dez" e a Fédération Syndicale Unifiée (Federação Sindical Unificada), acreditando menos no desenvolvimento linear do SUD (57,5% contra 61,5%), ou inversamente dentro da intersindical.

As suas respostas são paralelas às do grupo que se define de "extrema-esquerda" ou às do grupo dos "permanentes" e também, muitas vezes, às do grupo dos "semi-permanentes". Assim, o objectivo de uma interprofissional é, para os permanentes, para os mais antigos e para os de "extrema-esquerda", e para mais de 75%, a "transformação social", em oposição aos 65% considerados pelos mais novos. Estes insistem mais na fraqueza do sindicalismo (54,5%) e nas reivindicações imediatas (52,5%). Os mais novos poderiam ser correlativos, *a priori*, nas categorias "militantes de base", "21/30 anos" e "nenhuma antiguidade", mas o paralelo é menos sistemático. Deste modo, quase todos se encontram sob a mesma bitola, como investimento pessoal, à excepção dos jovens, para quem isso conta um pouco menos. Em compensação, há também globalmente um contraste nestas categorias, estando elas próximas dos mais antigos. Isto significa que existe realmente uma oposição de tipos, mas que a homogeneidade é mais forte entre os mais antigos, os permanentes, os semi-permanentes e os de extrema-esquerda. Se é pela negativa que fazemos uma aproximação de todos aqueles que não são antigos (nem os permanentes, etc.), é porque não há dois pólos de identificação mas apenas um, do mesmo modo que não ocorreu um acontecimento histórico que tenha marcado cada uma das gerações, mas um que marcou ambas: o Maio de 68.

Mais afirmativa do que os mais novos na questão da relação com a política, a geração de 68 também se situa mais no leque direita-esquerda. O posicionamento político pode ser assim resumido: quantos mais anos se tem e quanto mais se é responsável, maior é o posicionamento à extrema-esquerda.

Novos revoltosos mas pragmáticos

O movimento de Dezembro de 1995 nos serviços públicos foi também a ocasião para uma diferenciação: 71% dos novos caracterizam o movimento de Dezembro como um movimento decisivo, contra uma média de 64%.

Geração de 68	Visão coerente e radical
Novos aderentes	Atitude mais limitada em relação aos problemas quotidianos (condições de trabalho, seguro de saúde), mais revoltada, mas também mais de acordo com a ideologia ambiente (direitos humanos ou afirmação mais fraca do anti-racismo).

Figura 1 Diferença de visão do mundo entre gerações

Do mesmo modo, se a defesa do serviço público faz a unanimidade em proporções similares (cerca de 80%), os novos dizem de sua justiça sobre a defesa do estatuto (56,5%), sobre a redução do horário de trabalho (46%) e sobre a melhoria das condições de trabalho (29,5%). A "geração de 68", por sua vez, insiste muito na redução do horário de trabalho e nada nas condições de laboração.

No domínio interprofissional, a solidariedade com os desempregados encontra-se no topo da lista em todas as categorias. Mas desta vez esta é mais acentuada pelos antigos do que pelos novos. Estes últimos atribuem mais importância à defesa da segurança social. Outros traços significativos dos novos são, em relação à média, uma menor insistência na luta anti-racista e uma maior insistência na defesa dos direitos humanos (figura 1).

Os motivos de filiação e as preferências no investimento pessoal confirmam esta tendência. Para os novos, a adesão é menos uma questão de convicções do que para os antigos e encontra-se mais ligada a pontos específicos, como a qualidade da informação, a seriedade das propostas, ou a oportunidade do reencontro. De igual modo, o investimento pessoal é a ocasião para uma diferenciação: os novos declaram que se deve investir sobretudo na família e no lazer (53% e 49%) e pouco no militância (12%). Os antigos têm menos investimento privado e mais investimento público.¹²

Um casamento bem sucedido

Apesar da diferenciação que existe entre novos e antigos, a variação situa-se frequentemente dentro das mesmas tendências, na mesma visão de prioridades. Assim, se julgarmos esta variação através das respostas obtidas, o SUD agrupa um público que partilha largamente o mesmo estado de espírito, sendo este difundido aos aderentes pelo aparelho, aos mais jovens pelos mais velhos e não de modo contrário.

A aceitação da "geração de 68" ultrapassa aqueles que partilham ou que se puseram a partilhar as suas concepções. Deste modo, e em relação à questão sobre o passado político dos responsáveis, 44% dos novos respondem que é uma coisa positiva, contra 4,5% que pensam o contrário. Os novos aceitam a presença de elementos com passado político, como fonte de inspiração para as práticas actuais, mas não desejam um regresso às fontes.

Há, então, uma espécie de casamento bem sucedido entre os antigos e os novos, ou mais exactamente, uma filiação restabelecida entre um momento

o refundador do militantismo e uma experiência colectiva de jovens e de novos em busca de um sentido num mundo com uma crise de futuro. Para um tempo acantonado na acção experimental, comunitária, participativa e de autogestão, a experiência do movimento do Maio de 68 teria, através do aparecimento do SUD, novas consequências distantes: as de uma revivescência local do espírito sindical.

Como se exprime esta novidade de espírito militante na estratégia sindical?

Uma certa arte do político

Poderá compreender-se a novidade de um sindicato que se refere explicitamente à dimensão política, da qual se vangloria, no momento em que a política, os partidos e a ideologia não despertam mais que desconfiança e repulsa? Eis um paradoxo do SUD, sindicato político, sendo-o sem o ser completamente....

Um elevado sentido da variedade das reivindicações e do geral

As reivindicações imediatas do SUD evoluíram consideravelmente. Na altura da última sondagem, os sindicatos colocavam a questão salarial no topo e muito à frente de qualquer outra consideração: 76% contra 53% na defesa do serviço público, 53% igualmente na defesa do estatuto, 46% na questão dos efectivos, 39% nas condições de trabalho e 19% na redução do horário de trabalho.

A ordem das preferências é, a partir daqui, a seguinte: 83% referem a defesa do serviço público, 55% os efectivos, 52% a redução do horário de trabalho, 50% a defesa do estatuto, 26% a melhoria das condições de trabalho e apenas 25% o aumento dos salários.

Como interpretar esta desordem, que coloca os salários em fila de espera e a questão do emprego (efectivos e redução do horário de trabalho) no topo? É mais fácil explicar a constante da defesa do serviço público, que representa um valor forte no meio profissional, proporcionalmente mais forte quando as ameaças são mais prementes, como foi claramente mostrado pelo movimento de Dezembro de 95, no qual os empregados dos correios, tal como os diversos movimentos, participaram na contestação da privatização da France Télécom.

Todavia, não é certo que a descida da reivindicação salarial traduza um desinteresse por essa questão. Trata-se, antes de mais, da prioridade de outras reivindicações: as que dizem respeito ao emprego. Para além da sensibilização geral de toda a sociedade para as questões do desemprego, os funcionários dos correios têm razões concretas para se interessar pela questão dos efectivos: a do aumento da carga de trabalho, com a supressão de trabalhadores e o aumento da actividade postal. No que diz respeito à alteração de horários, os correios tentam rentabilizar os postos de atendimento, colocando o máximo de efectivos em horas de ponta, de

manhã e à tarde. Assim, é imposta uma pausa aos contratados, que se vêem forçados a terminar o serviço ao fim do dia.

Esta questão deve ser relacionada com as condições de trabalho e com a defesa do serviço público, uma vez que esta reposição em função dos horários obedece a uma lógica de rentabilização considerada contraditória com as missões de serviço público (Teissier, 1997). Assim, vemos que as questões se misturam dentro da realidade e, neste momento, as preocupações são dominadas por uma interrogação global sobre o serviço público; todas as questões particulares têm uma elevada percentagem de respostas, não recebendo nenhuma delas menos de 25%.

Aí surge a seguinte hipótese: a questão dos salários é demasiado particular para passar a ter a prioridade dado o tamanho do transtorno sofrido pelos agentes. Daí advém também o atractivo de um sindicato político como o SUD-PTT, que coloca o conjunto das questões; em relação a sindicatos mais especializados, um insiste mais na questão dos ordenados (CGT), outro nas questões do estatuto e nas do respeito pelas convenções colectivas (FO) e outro nas do emprego e da flexibilidade (CFDT).¹³

A política em questão: um sindicato entre a esquerda e a extrema-esquerda

À questão: "Será o SUD-PTT um sindicato apolítico?", 52% respondem "não", 35% respondem "sim", o resto abstém-se; 86% situam-se em redor, num leque direita-esquerda.

Contrariamente ao que se vê muitas vezes no mundo sindical, o apolitismo não é um valor constitutivo da autonomia do SUD-PTT, nem mesmo um valor dominante no seu seio. É importante, pois muitas vezes a grande politização é exposta de caras para explicar a crise do sindicalismo, nomeadamente no caso da CGT. O exemplo do SUD-PTT mostra que os assalariados rejeitam menos as ideias, se estas não forem impostas por um aparelho exterior.

A independência a respeito dos aparelhos está a par com a exigência de um funcionamento democrático, sejam quais forem as ideias. A ingerência dos aparelhos ultrapassa bastante a da intrusão dos partidos políticos (a qual, aliás, é muito pouco visível em relação a certos partidos políticos), pois existe a dependência da consideração do estado, infinitamente mais presente nos sindicatos, devido aos diversos subsídios. As quotizações financiam apenas 20% das necessidades do sindicato, como nas outras centrais sindicais (mas a cifra do número de permanentes e dos subsídios do Estado não é transparente — Labbé, 1996; Ubbiali, 1997), o restante vem das subvenções de natureza estatal (locais e salários).

Quais são as opiniões políticas dos agentes sobre o quadro direita-esquerda? A politização do SUD exprime-se também pela partilha das opiniões políticas dos agentes: só 3% se inclinam para a direita, para a extrema-direita ou para o centro, e apenas 1% não se define. Quanto aos restantes, 48% encontram-se à esquerda, 9% classificam-se como ecologistas e 24% são de extrema-esquerda.

A esquerda soberana não é uma surpresa, já que a tradição do voto na esquerda é forte no meio operário e dos empregados dos serviços públicos (e a questão do

“coração à esquerda” é menos sensível do que a do voto na esquerda). Relativamente ao número de respostas ecologistas, deve ser entendido como um grande esforço de aproximação renovada de esquerda; pelo menos é o que fazem pensar as afirmações de alguns dos inquiridos.

Um quarto das respostas está classificado como de extrema-esquerda, facto que, por si só, é suficiente para evocar sem ambiguidade a politização da federação. A percentagem de respostas assim classificadas aumenta consideravelmente entre aqueles que faziam parte do SUD-PTT desde a sua origem: 40%, contra 32% das respostas de esquerda.

É preciso interpretar ainda este estado de coisas. Não existem correntes organizadas em torno destas diferentes sensibilidades políticas, nem elas correspondem a orientações políticas distintas.

Uma politização mais do que uma orientação política

O estado de espírito geral é “político”, apenas no sentido em que a grande maioria dentre eles afirma ter uma missão na sociedade com o sindicalismo, e não no sentido ideológico e partidário do termo (Tardif, 1995, § 5, “L’action sociopolitique”). Ser sulista é, para mais de 82%, pronunciar-se a favor da transformação social (contra: 4%). Para além disso, 63% dizem ter aderido por razões plenamente positivas, ou seja, por partilharem as grandes orientações, contra 31%, que aderiram por razões mais pontuais, como a da qualidade da informação, a da seriedade, etc. ...¹⁴ As aproximações do movimento de Dezembro de 1995 são também elas reveladoras: no momento em que se foca o valor do serviço público, constata-se que ele não explica quase nada o movimento de Dezembro (36%), muito distante do nível de topo generalizado (70%).

A maior parte é anticapitalista (39%), mais do que antiliberal (36%). Se interrogarmos este ideal, de forma temática, vemos que ele remete logo para a necessidade de alterar a situação dos desempregados: 75% afirmam ser solidários com os desempregados como reivindicação prioritária, fora dos PTT. De seguida, estão a defesa da segurança social (46%) e a solidariedade com os trabalhadores em luta (45%). Seguem-se a defesa dos direitos humanos (28%) e, depois, a luta contra o racismo e a igualdade entre os homens e as mulheres (21%). Por fim, na cauda do pelotão, o direito à habitação, o ambiente e a solidariedade com os povos do Terceiro Mundo. Mas é necessário adaptar esta ordem aos 23% que tiveram dificuldade em estabelecer uma prioridade nestes valores, recusando seleccionar um mais do que o outro.

À vista da sondagem de 1989, a ordem das prioridades destas preocupações foi um pouco alterada: no momento em que a defesa da segurança social encabeçava a lista das preocupações (71%), a habitação encontrava-se em segundo lugar (58%), seguida pela igualdade entre homens e mulheres (51%) e pela solidariedade com os desempregados e trabalhadores precários (50%). A outra alteração encontra-se ao nível da diferenciação dos níveis de percentagem, desta vez muito mais pronunciados: já que o afastamento máximo se situava entre 71% e 27%

(correspondendo este último número à solidariedade com os trabalhadores e com os povos em luta), a partir daqui está compreendido entre 75% e 23%, enquanto as percentagens intermédias ficam mais comprimidas (entre 46% e 21%, na sondagem de 1996, e entre 58% e 34%, na sondagem de 1989).

Doravante, o desemprego é a maior preocupação dos sulistas. Isso traduz-se no seu importante envolvimento na estrutura AC! (Agir contre le Chômage) que não teria continuado sem a iniciativa, o esforço militante e o apoio logístico do SUD. Os comités AC! vivem daqui para a frente a sua vida, apoiando-se nos sindicatos autónomos (Villiers, 1995).

Um projecto de sociedade "oco"

Os militantes sindicalistas do SUD-PTT mais empenhados são na maioria revolucionários da geração de 1968, reconvertidos à acção sindical sem concessões, a qual se quer construtiva e combatente, mas sem debates ideológicos.¹⁵ O projecto de sociedade vale menos do que os valores e do que a competência dos militantes. Retomando as propostas de um responsável dos correios:

não há projecto de sociedade no SUD, é um sindicato puramente reivindicativo; não têm filosofia de conjunto.

Nos estatutos do sindicato, reconhece-se explicitamente que já não se sabe qual o projecto de sociedade a que nos devemos referir. Por certo, mencionam os estatutos registados em 1989, e em primeira linha, de um "sindicalismo de transformação social na perspectiva do socialismo de autogestão". No terceiro congresso (23-11-1993), denuncia-se "o capitalismo em crise como horizonte para toda a humanidade". Os sindicalistas do SUD estão impregnados de uma certa "visão do mundo".¹⁶ Mas, ao mesmo tempo, no segundo congresso de Outubro de 1991, faz-se questão de precisar:¹⁷

se nós fizemos questão de mostrar as nossas orientações do I Congresso em relação à vontade de ruptura com o sistema capitalista e com o laço que existia entre a nossa defesa das reivindicações imediatas e a luta por uma transformação conjunta da sociedade, é muito importante reconhecer que é difícil dar um conteúdo a estas orientações, dificuldades acrescidas pelas principais perturbações que se registaram no Leste nestes dois últimos anos, pelo recuo das lutas colectivas no nosso país, como numa grande parte dos países industrializados, pelo espoletar das forças que constituem para muitos trabalhadores as experiências do "socialismo real"...

Mais adiante também se insiste na crise de confiança da esquerda e na sua responsabilidade histórica no desmoronamento da esperança e da ideologia de esquerda, no seguimento das políticas governamentais de austeridade salarial, verdadeiro "processo de autodestruição (que) deixa um vazio importante", porque "os trabalhadores (...) se encontram hoje sem projecto alternativo ao liberalismo". Torna-se

evidente que, no III Congresso, o SUD se sente, tal como o comum dos trabalhadores, "sem projecto alternativo ao liberalismo": já não traz mais conteúdo, mas reafirma a necessidade da ruptura com o capitalismo. A afirmação de um projecto *sindical* continua a ser necessária aos olhos do SUD:

na mesma proporção, o nosso projecto sindical não se pode contentar com uma visão a curto prazo e aut centrada na nossa actividade.

Mas a afirmação do projecto pela negativa tem falta de força e não obriga ao cumprimento de uma verdadeira promessa nem ao requerimento de princípios. E, com efeito, o conteúdo dado mais adiante ao projecto sindical é profissional e moral, mais do que político:

muitas reivindicações estão condicionadas pelas relações interprofissionais (como o tempo de trabalho ou os salários da função pública, um problema político, com certeza!)... e não se pode conceber um sindicalismo defensor dos seus constituintes que fica completamente indiferente, ao acaso... Nós temos apenas um planeta e somos apenas uma humanidade!

De facto, a maior preocupação do sindicato é a de justificar a sua existência autónoma, a sua cisão com o sindicalismo confederado, responder à acusação do "corporativismo" lançada pelos seus detractores (sindicalistas, jornalistas, direcção ou assalariados) e munir-se previamente contra o possível aparecimento de comportamentos corporativistas no seu interior:

a escolha que fizemos de construir uma federação independente nos PTT não se deveria traduzir por um vinco corporativista nos PTT.

Na sua bagagem cultural, os militantes sulistas têm certamente um modo de se libertar da acusação de corporativismo: são tudo menos corporativistas, se é que esta palavra significa apenas preocupar-se com a sua profissão. A denominação "corporativistas" parece, com este facto, bem deslocada do seu sítio, mas se o seu horizonte cultural é grande, o seu projecto sindical está pouco provido de um projecto político-social coerente, assentando, essencialmente na afirmação de um receio "interprofissional":

na nossa identidade sindical, a interprofissional continua a ser uma necessidade e um dos fundamentos das nossas diligências.

Esta afirmação de um "fundamento" interprofissional, leva a, nem mais nem menos, fazê-los assemelharem-se aos outros sindicatos confederados. Num sentido, é exactamente o que desejam os militantes: fazer parte do lote sindical comum, executar o trabalho sindical normal de fornecer serviços, responder aos pedidos muito concretos dos empregados dos correios, fazer saber que nos podemos dirigir ao SUD para reclamar. A secretária-geral do SUD-PTT explica que

Uma forte base de apoio social	Os direitos sociais, muito à frente das liberdades democráticas, o que é talvez esperado de um sindicato, mas que não reflecte menos uma situação de ansiedade face à crise.
A preocupação da autonomia	A inquietação de livre expressão do social junta-se à preocupação social, que se afirma na reivindicação de comités auto-organizados e na rejeição das estruturas e até mesmo dos conceitos políticos utilizados. A tradução deste sentimento de apolitismo e de desconfiança para com os aparelhos e os canais políticos tradicionais é ambígua: por um lado, toca o basismo, com a noção de contestação radical que isso acarreta, por outro, conduz a um certo conservadorismo ideológico ou profissional.
Um perfil "centrista"	Se situarmos o centro entre o reformismo e a revolução; reivindicando um ideal forte mas uma ideologia leve, repartida, ao mesmo tempo desconfiada e radical. Os sulistas rejeitam, por vezes, e de maneira clássica, a exploração (fraco interesse do trabalho, forte penibilidade), com um elevado grau de revolta (Dezembro 95=nível máximo), e ao mesmo tempo os lazares ganham um lugar importante, tal como o serviço público, ao contrário da luta de classes.

Figura 2 A politização do SUD

o agente lhes "pede umas vezes para ser diferente, outras para ser como os outros".¹⁸

O projecto distingue-se, sobretudo, pelas considerações anexas em relação à estratégia e à tática do sindicato. Efectivamente, são afirmados certos valores, mas estes não conduzem directamente a uma estratégia específica. Os congressos tomam posição sobre a actualidade mundial, como o faria um partido político, e diversos temas tornam frequentemente a ser discutidos, como sejam a questão do Terceiro Mundo, as mulheres, a crise do capitalismo, a crise da esquerda, o desemprego, a habitação, o serviço público, entre outros. Estes debates de sociedade são, por vezes, seguidos de acções extra-sindicais, até mesmo por actividades permanentes, mas justapostas umas sobre as outras. Adiante voltaremos a este ponto.

Por agora, basta observar que, se os militantes sulistas não renunciaram a "mudar o mundo", isto assemelha-se mais a generosidade, a uma tradição cultural ou a uma filosofia do que a uma estratégia claramente definida em função de um projecto global (figura 2).

Dá-se então um regresso às origens da contestação, através da filiação directa com o Maio de 68, mas aliada à gravidade do problema social, num contexto de crise social aguda, que dá muito mais importância aos aspectos económicos do que aos culturais, e com uma procura de novas formas em política.

A cristalização em torno de correntes políticas claramente definidas dependeria de uma ou de várias ofertas, que actualmente não existem no SUD-PTT e que têm falta de credibilidade no exterior. Daí um elevado investimento de militantes politizados no sindicalismo.

A oposição ideológica com a reforma dos correios

No que diz respeito ao serviço público, a federação sublinha que as necessidades sociais às quais aquele deve responder são problemáticas: o que é uma necessidade social? A esta questão, a federação responde com o conceito de direito social, determinado a partir das necessidades sociais mas não se resumindo a elas, uma vez que o serviço público deve responder a uma necessidade social que pretende "reforçar a igualdade dos cidadãos ou melhorar as suas condições de vida".¹⁹

Para satisfazer estes "direitos sociais", é obrigatório o serviço público oferecer a todos de igual modo e a preços acessíveis os seus produtos de serviço. A esta lógica opõe-se a do privado, "não se interessando este último pela satisfação das necessidades apenas na medida em que são solvíveis e logo geradoras de lucros."

A missão de serviço público assim definida obriga ao monopólio e à perequação tarifária.

Vemos facilmente como o conjunto desta concepção é recusada em bloco pela política de reforma de La Poste, que visa satisfazer uma clientela rentável para fazer face às suas próprias despesas, não contando com o estado para tapar os buracos, no contexto do grande mercado europeu e da privatização dos transportes e das comunicações. Se a separação da Poste-Télécom foi bem sucedida, graças a um acompanhamento social da reforma (Barreau, 1995), a direcção de La Poste é lenta na implementação da sua reforma num universo que recusa a lógica comercial em nome da lógica do serviço público (Teissier, 1997). Os militantes não podem dar seguimento a uma reforma que se inscreve na lógica do domínio financeiro em detrimento do uso produtivo, dados os serviços prestados (Chesnais, 1996).

Quanto à concepção de emprego, esta conduz também a uma lógica de desafio à direcção dos correios. A questão principal nas posições da federação é a luta contra o desemprego, a precariedade e as outras formas de exclusão. Geralmente, pronuncia-se sobre as 35 horas de trabalho assegurando o poder de compra, e rejeita à La Poste e à Telecom todas as medidas de "precarização do emprego", colocando estas novamente em questão a missão do serviço público:

um volume considerável de empregos precários está a crescer. Em La Poste, há mais de 100 000 contratados a prazo que estão empregados para efectuar os horários mais ingratos e para fazer os trabalhos menos qualificados. (...) Estas injúrias ligadas à lógica comercial põem novamente em questão a própria noção de serviço público.²⁰

Esta visão conduziu o sindicato a uma série de lutas jurídicas com a direcção, que, aliás, de início, se opôs vigorosamente à sua existência.

Conclusão

Poderíamos achar pouco glorioso o balanço proposto sobre a existência do SUD-PTT: o renascimento local de um sindicalismo clássico, baseado na solidariedade dos colectivos de trabalho, numa lógica anticapitalista inspirada na esquerda, num sector público apoiado em valores tradicionais da defesa do espírito e do estatuto do serviço público. Será este o perfil do sindicalismo de amanhã?

Na verdade, a experiência do SUD-PTT é a de uma passagem:

- passagem de uma geração para outra, um enxerto efectuado com uma cultura contestatária sobre uma geração menos ambiciosa, menos politizada, menos colectiva, mais virada para ela própria, mas inquieta com a adaptação, a eficácia, o realismo, o pragmatismo (Sainsaulieu, 1999);
- passagem de um serviço público para outro, daquele da carreira e da rotina ao abrigo do estado, ao da defesa de um espírito igualitário em que o movimento social é novamente depositário; de lugar de sinecura pouco activo para assalariados protegidos, o serviço público torna-se numa base de combate para a defesa do interesse geral, cujos princípios passam das mãos do estado republicano, em crise de legitimidade, para as do movimento social (Supiot, 1996);
- passagem de um militantismo burocrático, do ganho progressivo e do controlo social, para um militantismo próximo do terreno, de contacto humano, do laço entre aspiração societal e prática quotidiana;
- passagem de um sindicalismo ancorado na empresa para um sindicalismo aberto para a sociedade, paralelamente à evolução da própria empresa, "coisa de sociedade" no sentido da sua interacção crescente com o mundo exterior (Sainsaulieu, 1996).
- passagem de militantes de extrema-esquerda para o militantismo social, e aparecimento de um novo sindicalismo, ligado a uma família política,²¹ dentro da tradição do sindicalismo francês.

O SUD-PTT, lugar de todas as passagens... Efectivamente, podemos sublinhar o carácter não definitivo da evolução qualitativa e quantitativa deste sindicalismo, durante a fase das contestações mais recentes e também das crises das centrais sindicais,²² donde a ressonância simbólica e mediática não negligenciável do fenómeno SUD, em França.

[Tradução de Margarida Bento]

Notas

- 1 O G10 não está reconhecido como uma organização representativa no plano nacional.
- 2 O termo “burocracia” é contestado por Georges Ubbiali: a ausência de massa tornaria improvável um corpo de burocratas, no qual se procuram em vão os traços de autonomia funcional, cultural ou profissional, não se dissociando o “burocrata” da actividade sindical comum (Ubbiali, 1997). A função burocrática do controlo social não alberga nem uma das características dos aparelhos sindicais, como aquele dos aparelhos políticos reformistas.
- 3 No âmbito de um contrato de pesquisa CIFRE em La Poste, em colaboração com a ANRT, do Ministère du Travail, e o CEVIPOF, no IEP de Paris (1993-1996).
- 4 O sector de selecção postal, o mais combativo de todos e, por isso, qualitativamente decisivo, está sub-representado do ponto de vista quantitativo nos efectivos sindicalizados em geral e no SUD-PTT em particular, o qual encabeça as eleições profissionais nos centros de selecção.
- 5 Na GEC-Alsthom, o SUD é criado após uma greve em que jovens técnicos grevistas se juntam à CGT, antes de se decidirem a criar um sindicato autónomo, em 1994. Na Thomson, o sindicato SUPPer (Syndicat Unitaire et Pluraliste du Personnel) é criado igualmente após uma greve, baseado no modelo do sindicato do SUD. Em Junho de 1997, é criada uma coordenação dos SUD do sector privado em torno do SUPPer (Sainsaulieu, 1999).
- 6 Efectivamente, o avanço era linear em cada ano que passava, desde 1990: 21, 38%, 40, 20% (oscilação no SUD de dois sindicatos CFDT, Franche Comté e Haute Normandie), 46, 93%, 49, 16%, 52, 01%, 53, 69%, 57, 48% — *Les nouvelles du SUD*, n.º 58, Novembro 1995, “SUD dans tous ses états”.
- 7 Em 1992, 1993 e 1994, o número de sindicalizados CGT situa-se acima de 46 000, contra 27 000, em 1994, da CFDT e, em 1993, 30 000 para a FO, 8000 para a CFTC, 1000 para a CGC e 20 000 para os outros (Labbé, 1996).
- 8 Entrevista com o Sr. Wagner, responsável pela comunicação e pela formação do FO-PTT, 20-1-1997.
- 9 Em Novembro-Dezembro de 1995, ocorreu um importante movimento de greve e ainda mais manifestações contra as alterações do sistema de reformas no serviço público e contra a reforma da segurança social (plano Juppé). Conduzido pelos ferroviários, o movimento alcançou de modo único o conjunto dos serviços públicos, em especial os P&T. Este movimento vai contribuir para a modificação do clima social e político, conferindo uma dimensão mais global às contestações que, todavia, estão fortemente segmentadas (Sainsaulieu, Ivan, 1999).
- 10 Esta observação, de interesse geral, deve no entanto ser relativizada pela média de idade dos trabalhadores de La Poste (41 anos) e do SUD (38 anos, ver mais acima) e pelo número de jovens contratados, que têm, por isso, um forte *handicap* para se sindicalizarem.
- 11 A maior parte destes sindicalistas não fizeram o Maio de 68, mas foram marcados pelo ambiente dessa época; o acontecimento criou a geração, para além daqueles que realmente o fizeram (Terrail, 1995).

- 12 As respostas “outras” são por vezes a ocasião para afirmar uma actividade de ordem pública, geralmente associativa e acessoriamente política, tal como foi assinalado explicitamente em alguns questionários.
- 13 Uma monografia do sindicato autónomo SUPPer, na Thomson, faz sobressair esta monoespecialização dos folhetos em relação àqueles mais abrangentes do sindicato SUPPer, vizinho do SUD-PTT (Perdriel, 1995).
- 14 O que não exclui outras razões pontuais; mas alguns acharam que foi suficiente a partilha das grandes orientações, e outros não a escolheram.
- 15 O qualitativo “oco” aparece com frequência nas resoluções das actuais reuniões do sindicato.
- 16 De acordo com as palavras de um deles.
- 17 *Segundo Congresso Federal — 25 de Outubro de 1991: Textos e Emendas*, 1.ª parte, § 3. 3, “Des difficultés à définir un project de société”, p. 8.
- 18 Entrevista com a secretária — geral do sindicato, Annick Coupé, 5-3-1995.
- 19 SUD, *Textos do II Congresso Federal* de 22-10-1991, p. 21.
- 20 SUD, *Textos do III Congresso Federal* de 23-11-1993, p. 29.
- 21 A extrema-esquerda é, no entanto, uma família aberta, com e sob diversas correntes.
- 22 O último congresso da CGT (Fevereiro 1999) assistiu à eleição do novo secretário-geral e à nova orientação da central, contra o sentimento de uma parte dos militantes ligados ao clássico papel contestatário da mesma. De igual modo, o movimento de oposição à reforma *Allègre*, dos professores de liceu, coloca igualmente em questão a atitude do sindicato nacional dos docentes do ensino superior (SNES), filiado na FSU, enquanto o SUD-Education é a parte que mais recebe.

Referências bibliográficas

- Barreau, Jocelyne (1995), *La Réforme des PTT, Quel Avenir Pour le Service Public?*, Paris, La Découverte.
- Bergounioux, Alain (1982), *Force Ouvrière, Que Sais-Je ?*, Paris, PUF.
- Chesnais, François (dir.) (1996), *La Mondialisation Financière, Genèse, Coût et Enjeux*, Paris, Syros-Alternatives.
- Durand, Jean-Pierre (1996), *Le Syndicalisme au Futur, Alternatives sociologiques*, Paris, Syros-Alternatives.
- ISERES-CGT (1995), *Deuxième Enquête Sociologique Sur les Délégués au Congrès Confédéral de la CGT*, Mouriaux, René, Michel, Lavau, e Sophie, Beroud, 45 ème congrès, doc. n. ° 154, Paris.
- Labbé, Dominique (1996), *Syndicats et Syndiqués en France Depuis 1945*, Paris, L’Harmattan.
- Mandel, Ernest (1981), *La Crise*, Paris, Champs-Flammarion.
- Mouriaux, René (1986), “Le Syndicalisme Face à la Crise”, *Repères*, Paris, La Découverte.
- Mouriaux, René, et al (1990), *Petits Boulots et Grand Marché Européen. Le Travail Démobilisé*, Paris, PFNSP.

- Perdriel, Valérie (1995), "Diagnostic sociologique Thomson RCM Elancourt: une communauté en quête d'identité", *Mémoire de DESS*, Sainsaulieu, Renaud (dir.), IEP de Paris.
- Rozet, Pierre-Jean (1998), "Les jeunes et le syndicalisme: le fossé ?", *Le Peuple*, Paris, n. ° 1478.
- Sainsaulieu, Renaud et al (1996), *Les Mondes Sociaux d'Entreprise*, Desclée, Paris, de Brouwer.
- Sainsaulieu, Ivan (1998), "La fédération SUD-PTT: le creuset d'une contestation pragmatique", *Revue Française de Science Politique*, Paris, Vol. 48, n. ° 1, pp. 121-141.
- Sainsaulieu, Ivan (1999), "La contestation pragmatique dans le syndicalisme autonome", *Logiques Sociales*, Paris, L'Harmattan.
- Supiot, Alain (1996), "Malaise dans le social", *Droit Social*, Paris, Fevereiro.
- Tardif, Jean-Claude (dir.) (1995), "Le mouvement syndical et l'état, entre l'intégration et l'opposition, le cas de la CEQ (1960-1992)", *Instruments de travail DRI*, Québec, Université Laval, n. ° 28.
- Teissier, Claude (1997), "La Poste: logique commerciale/logique de service public, la greffe culturelle", *Logiques Sociales*, Paris, L'Harmattan.
- Terrail, Jean-Pierre (1995), "La dynamique des générations", *Logiques Sociales*, Paris, L'Harmattan.
- Tixier, Pierre-Eric (1992), *Mutation ou Déclin du Syndicalisme, le Cas de la CFDT*, Paris, PUF.
- Ubbiali, Georges (1997), *La Professionnalisation des Directions Syndicales*, Université de Paris 1 — Sorbonne, tese de sociologia sob a direcção de Michel Offerlé.
- Villiers, Claire (1995), "AC ! un rôle catalyseur dans la lutte contre le chômage", in Boual, Jean-Claude (coord.), *Syndicalisme, quel second siècle ?*, Paris, Les éditions de l'atelier.

Ivan Sainsaulieu defendeu a sua tese de Ciências Políticas em 1998, no Institut Politique. de Paris, sobre o fenómeno social e político da autonomia sindical em França desde 1945. Leccionou em Rennes, em Mons (Bélgica) e em Evry. Em 1998, publicou um artigo na *Revue Française de Science Politique* e, em 1999, uma obra das Edições L'Harmattan, Paris, sobre os mesmos assuntos. É membro da *Association Internationale de Sociologie en Langue Française*. Contacto: Ivan Sainsaulieu, 60 Bd Saint Marcel, 75005, Paris. Fax e Tel.: (31) (1) 42 39 23 19.